

GT 02 – História da Educação**CULTURA ESCOLAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA ESTADUAL
CÔNEGO MONTE - NATAL/RN**

Manoel Tavares dos Santos Neto (UFRN)

João Vidal de Souza Neto(UFRN)

OS PRIMEIROS FUNDAMENTOS

Sabe-se que a Igreja Católica desde a época colonial exerceu sua influência religiosa e propagou seus ideais através da educação comungando com o Estado brasileiro seu conjunto de práticas. No entanto, após a instauração da República no Brasil, no ano de 1889 e respaldada pela Constituição Federal de 1891, dar-se a separação formal entre Igreja e Estado, pertinentes às competências legais sobre a educação do país, considerando de direto o estado laico, livre de subvenções a quaisquer atividades religiosas, onde nenhuma escola pública poderia abarcar qualquer ensinamento religioso. Porém, na década de 1930, com o governo Vargas é novamente estabelecida aliança entre a Igreja e o Estado, e esta tem mais uma vez a liberdade de adentrar as escolas públicas e disseminar seus credos e princípios religiosos. Isto se deu pela facilitação da Constituição de 1934, em seu Art. 153, que celebra:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

É importante frisar que desde o período colonial há um movimento de aproximação e afastamento entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, alcançando os dias atuais. Não é uma relação linear, em alguns momentos há aproximação em outros são delimitados por tensões e conflitos.

A atual constituição do Brasil, em vigor desde 1988, em seu Artigo 19 reafirma e assegura a liberdade religiosa individual de seus cidadãos, e através da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9.394/96 reforça o respeito à diversidade religiosa quando estabelece que é facultativo a matrícula na disciplina de ensino religioso nas escolas públicas, entretanto a Igreja Católica continua com grande atuação no campo educativo da esfera pública. Nesse sentido, observa-se que a Igreja exerce uma força que ultrapassa os limites da legislação nacional e todos os princípios educativos vigentes e sobrepõe seus princípios e credos nas práticas cotidianas da escola, sem considerar até mesmo, a orientação religiosa do aluno.

Diante deste percurso e no contexto atual, mesmo com todas as mudanças que tem ocorrido na educação ao longo da história, ainda é notória a influência da Igreja Católica na educação contemporânea. A Escola Estadual Cônego Monte, situada na Avenida Bernardo Vieira, nº 130, no bairro Lagoa Nova, Natal/RN, objeto de estudo desta pesquisa ora apresentada, é prova de tal fato, que ainda privilegia em seu ambiente os aspectos e simbologia da Igreja Católica, desenvolvendo práticas educativas baseadas na disciplina e na moral rememorando os moldes da doutrinação nos preceitos da Igreja, uma vez apregoadas pelos jesuítas no período da colonização. Para tanto, considerando as práticas educativas e socioculturais do cotidiano desta escola, instiga-se investigar como em pleno século XXI em um país considerado laico, uma instituição escolar pública mantém em suas práticas cotidianas características de uma escola confessional?

Face a constatação desta realidade, como pesquisador e professor da referida instituição, esta pesquisa de mestrado, em andamento, objetiva analisar as práticas educativas e socioculturais na Escola Estadual Cônego Monte, visando compreender a influência da Igreja Católica e sua permanência nas práticas cotidianas. Para tanto, busca reconstituir a história da instituição escolar, tendo como recorte temporal para investigação a sua fundação no ano de 1946 até os dias atuais, investigando as representações simbólicas e as práticas que compõem a sua identidade histórica.

Fundamenta-se nos princípios e métodos da nova história cultural, tomando por base teorias e conceitos de Peter Burk (2008); Justino Magalhães (1996; 2004); Dominique Julia (2001); Viñao Frago (1995); e Michel de Certeau (1994) e como categorias de análise a história das instituições educativas, cultura escolar e práticas cotidianas.

Para análise do objeto de estudo em discussão, foi tomado como base os métodos e princípios da Nova História Cultural (NHC), visto que esta atende o campo de pesquisa em História da Educação. Segundo Burke (2008, p.68) “A Nova História Cultural é a forma

dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história – praticada hoje”. Nas suas abordagens, apresenta a NHC como um novo paradigma, pois esta se mostra diferente das formas mais antigas até então praticadas, diferentemente das histórias social e intelectual, esta última enfatiza as mentalidades, suposições e sentimentos. Neste novo paradigma algumas temáticas são evidenciadas que diferenciam a nova forma de fazer história, diferentemente das trabalhadas anteriormente, dentre as quais podemos apontar o estudo das práticas, das representações e da cultura material.

Quanto à seleção das fontes, estas foram definidas e selecionadas levando em consideração o ponto de vista de Magalhães (1996), quando menciona que o estudo da história das instituições educacionais precisa de uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas. Portanto, deve seguir um processo investigativo que articule informações de diversas naturezas, tais como, orais, arquivistas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias. Esta abordagem indicada por Magalhães é definida como meso-abordagem que deve ser associada a uma renovação nos quadros epistemológicos e hermenêuticos. Atribui Magalhães (1996), do ponto de vista historiográfico

[...] a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina a relação das instituições educativas com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2).

Nesta perspectiva de compreender e explicar a existência histórica da escola em estudo, com base na abordagem indicada por Magalhães (1996), optamos por trabalhar com fontes documentais tais como leis, decretos, livros de atas e registros, projeto político pedagógico, regimento escolar, diários de classe, iconografias (fotografias e símbolos) e publicações dos periódicos locais, dentre outras. No intuito de validar as fontes documentais, realizam-se entrevistas semiestruturadas com gestores, professores, funcionários e alunos que participaram e participam da Escola Estadual Cônego Monte, na possibilidade de confrontar as informações coletadas e suporte teórico da pesquisa. Quanto ao método de pesquisa adotado na entrevista semiestruturada Pádua (2002, p. 67) afirma que: “O pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às

vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal”.

Dessa forma, o presente artigo destaca a contextualização e problematização do objeto de pesquisa, seguido de um breve aporte teórico metodológico, no contexto da NHC, a reconstituição da história da instituição demarcada por três fases consideradas significativas, a saber: a primeira da fundação em 1946, a segunda, do estabelecimento de convênio com o Estado (1976) e da Estadualização (1999) e as considerações finais como reflexões parciais da pesquisa em andamento.

Levando em consideração que o conceito de cultura escolar tornou-se uma forte tendência nas pesquisas de história da educação e há um crescente volume de trabalhos, cujas publicações colocam no centro do debate esta nova temática. A compreensão das práticas da Escola Estadual Cônego Monte, deu-se apoiada em Dominique Julia (2001), no entendimento de conceito de cultura escolar como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sócio políticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 11).

Ao considerar uma instituição escolar que apresenta uma cultura própria com indícios dos sistemas de ensino do segmento religioso, a pesar de na atualidade ser uma escola estadual, percebemos que seu cotidiano é demarcado por normas e práticas marcantes de cunho religioso, que para analisarmos, segundo Julia (2011), devemos levar em conta os agentes ou atores que ali convivem e que são chamados a obedecer estas ordens. Não podemos perder de vista que mesmo tendo uma cultura imposta por um determinado sistema, é possível a existência de culturas infantis, que se desenvolvem nos pátios de recreio, que se afastam tanto da cultura do sistema quanto da própria cultura das famílias. É importante destacar também que esta cultura escolarizada e carregada de princípios religiosos pode ser levada para além dos muros da escola. (JULIA, 2001, p.10-11).

Nesta mesma direção colaborou Frago (1995) ainda de forma mais ampla, quando fala de culturas escolares, para este autor o termo abarca todas as dimensões do cotidiano da escola, também diz que a cultura varia de instituição para instituição, ele entende que a cultura escolar compreende as diversas manifestações das práticas no interior das escolas, podemos identificar o seu conceito de cultura escolar quando diz:

Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos a los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado. (FRAGO, 1995, p. 69).

Para Frago (1995, p. 69), a cultura escolar é tudo que envolve a vida da escola, no entanto este autor aponta atenção especial a dois aspectos: os espaços e os tempos escolares, considerando-os não são neutros, os espaços comunicam e, portanto educam. Os espaços disseminam símbolos estéticos, culturais e ideológicos, onde nestes se constituem a corporeidade dos sujeitos escolares e muitas vezes dos interesses de um determinado grupo. Em suma podemos dizer que o espaço educa silenciosamente.

Em consonância com os conceitos de cultura escolar, abordados por Julia (2011) e Frago (1995), aproximamos Certeau (1994), para a análise do cotidiano da escola, haja vista que a escola objeto de pesquisa conserva em seu cotidiano praticas bem peculiares e distintas da maioria das escolas públicas da cidade de Natal, possivelmente do estado do RN.

É importante salientar que o estudo no, do cotidiano, o estudo das práticas que acontecem na escola, o estudo das “artes de fazer” dos professores e alunos – as ações do tipo tático – e a análise delas, nos darão mais respaldo para uma reconstituição mais aproximada das práticas exercidas no dia a dia da instituição escolar. Certeau (1994) nos fala de acompanhar alguns procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos que escapam a disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce. Enfatiza nestes termos:

[...] Há uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1994, p. 39).

Com base nos aportes conceituais sobre a cultura e as práticas do cotidiano escolar, percebe-se que para compreender como ou de que maneira uma instituição pública de ensino ainda permanecer nos dias atuais sob os preceitos da Igreja Católica, pressupõe investigar e reconstruir sua história ao longo do seu percurso de atuação como instituição educativa. É na recomposição desse cenário educativo que temos enveredado na busca do entendimento desta cultura escolar vivenciada por esta escola.

NAS PEGADAS DA HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL CÔNEGO MONTE

Entre a década de 1940 e 1950 a Diocese de Natal iniciou várias atividades socioeducativas que ficaram conhecidas como Movimento de Natal. Esse movimento foi idealizado pela Igreja Católica, especificamente pelos, então, padres Eugênio Sales e Nivaldo Monte, e teve a assistência social como uma de suas principais atividades. Momento este, marcado pela construção de uma série de escolas primárias, internatos e centros sociais com o objetivo de promover a alfabetização das crianças e a educação das famílias de comunidades carentes.

É nesse contexto que, em 21 de dezembro de 1946, a Diocese de Natal, através da Escola de Serviço Social de Natal, fundou o Centro Social Cônego Monte (atual local da E.E. Conego Monte), sediado no bairro de Betânia, hoje denominado Lagoa Nova, em Natal capital do Rio Grande do Norte, com o intuito de prestar assistência às famílias carentes da comunidade, pelas condições estabelecidas de pobreza da população desse bairro, resolveu ajudá-la de forma mais organizada.

O marco inicial das atividades deu-se por volta dos anos 1944, com aulas de catecismo, dadas por um grupo de moças numa iniciativa particular, este trabalho se estendeu às famílias com promoção de páscoa e visitas aos enfermos, entre outros, e posteriormente em 1946, de forma mais organizada fundando, o então Centro Social Cônego Monte.

A diretoria do Centro Social Cônego Monte, de então, também da Escola de Serviço Social de Natal, sem tempo determinado de mandato era composta pelo diretor Presidente - Padre Nivaldo Monte; diretora Técnica - Margarida Maria Souto Filgueira; secretária - Violeta Ramos de Vasconcelos e tesoureira - Maria Gurgel. A supervisão das atividades no Centro Social Cônego Monte é atribuída uma assistente social ou aluna estagiária e posteriormente designada as Irmãs da Congregação das Filhas do Amor Divino, a quem pertence a direção escolar até os dias atuais.

De acordo com as fontes documentais, identificadas por fichas informativas, contidas no arquivo da Escola Estadual Cônego Monte, o referido Centro Social tinha as seguintes finalidades:

1. Proporcionar educação aos menores do bairro Betânia, debaixo dos princípios da moral católica, exercendo junto aos pais dos menores matriculados uma ação educativa que vise a perfeita integração dos mesmos no exercício real de sua missão de pais; 2. Proporcionar aos menores assistência médica - dentária e, eventualmente, assistência em merenda e material escolar, bem como a necessária assistência às

famílias dos menores matriculados; 3. Aplicar a técnica do serviço social junto aos escolares, as famílias e menores do bairro, através dos processos de casos, grupo e comunidade, visando melhorar as condições de vida dos habitantes do bairro, utilizando os próprios esforços e recursos do meio;

Percebemos que em meio ao quadro crítico de pobreza estabelecida não só na comunidade de Betânia, bairro onde estava situado o Centro Social, mas no Estado do Rio Grande do Norte como um todo, a Igreja Católica, buscou através do Movimento de Natal desenvolver ações de enfrentamento desta realidade, atuando principalmente na organização de Centros Sociais e Escolas Ambulatórios.

No entanto, diante de tais finalidades estabelecidas para o Centro Social Cônego Monte, é preciso analisarmos sobre o papel da Igreja Católica e quais suas reais intenções através destas ações. É fatídico que esta promovia assistência às pessoas carentes, mas também é verdade que fortalecia sua presença no interior das comunidades, precisamos aprofundar nesta investigação se havia motivações significantes que estimulavam esse cuidado pastoral para com os necessitados ou se simplesmente eram obras de “caridade”. Mainwaring (2004) referencia o movimento da igreja nos anos de 1940, no Brasil:

A Igreja só se preocupou com a missão pastoral quando sua influência junto ao Estado se viu ameaçada, sua atuação no sistema educacional se esvaziou, a competição com outras seitas e religiões foi se ampliando e quando alguns valores católicos tradicionais ruíram. (MAINWARING, 2004, p. 53).

Percebemos então que o surgimento do Movimento de Natal e fundação do Centro Social Cônego Monte, se inserem num contexto mais amplo, pois não foi por acaso sua criação. A Igreja Católica diante de muitas ameaças mudou sua estratégia de ação, no intuito de proteger seu rebanho e legitimar seu ideário frente ao comunismo e as práticas religiosas “ameaçadoras”.

Dentro desta realidade, após sua fundação o Centro Social Cônego Monte passou a prestar em caráter gratuito os seguintes serviços: ensino primário de 1ª a 4ª série (com direito a merenda e recreação), alfabetização de jovens e adultos, ensino religioso em todas as turmas do primário, catecismo para a comunidade aos domingos, cursos de corte e costura e trabalhos manuais, atendimento médico-dentário, e outros.

Em se tratando das concepções de ensino, com base nas finalidades já estabelecidas pela instituição, quando esta tinha por fim educar as crianças sob os princípios da moral católica, onde suas práticas concebiam o ideário religioso, moral e intelectual. Neste sentido, o método de ensino adotado visava à transmissão dos dogmas da Igreja Católica, onde os

alunos decoravam e eram condicionados a seguir as doutrinas e credos. O ensino tinha um caráter doutrinário pelo estímulo da função catequética nas aulas, principalmente de ensino religioso, buscando inculcar nas crianças os modos e maneiras de viver em sociedade como um verdadeiro cristão.

Além das práticas educativas que eram desenvolvidas no interior do Centro Social Cônego Monte, cabe destacar e trazer para este cenário a arquitetura e espaço escolar do qual este era constituído. O edifício foi construído trazendo as características das construções religiosas onde as salas de aula estavam dispostas ao redor de um pátio central, possibilitando assim o exercício da vigilância e controle. Nesta perspectiva Escolano teceu a seguinte consideração:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (ESCOLANO, 1998, p. 26).

Figura 1 – Fachada do Centro Social Cônego Monte, década de 1950



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola Estadual Cônego Monte

Esta imagem foi encontrada no arquivo fotográfico da Escola Estadual Cônego Monte, nela podemos identificar símbolos da Igreja Católica, a cruz encravada no ponto mais alto da edificação, acima da porta principal de entrada. Nesse sentido, é importante fazermos uma reflexão sobre o que diz Frago (1955, p.69):

El espacio físico es, para el ser humano, espacio apropiado — territorio — y espacio dispuesto y habitado — lugar-. En este sentido, el espacio es una construcción social y el espacio escolar una de las modalidades de su conversión en territorio y lugar. De ahí que el espacio no sea jamás neutro sino signo, símbolo y huella de la condición y relaciones de quienes lo habitan. El espacio disse y comunica; portanto, educa. (FRAGO, 1995, p. 69).

Observado por este aspecto percebemos que o espaço jamais é neutro de ideais, sejam eles políticos, culturais ou religiosos, dentro desta perspectiva de acordo com Frago (1995), a escola foi se constituindo como território-lugar. Foi nesta ótica que ao analisarmos o espaço do Centro Social Cônego Monte, identificamos através da sua estrutura arquitetônica, elementos simbólicos que configuram a intenção da Igreja Católica de comunicar e educar sob os princípios e fins do seu ideário.

Após 30 anos de sua fundação, no ano de 1976, o Centro Social Cônego Monte estabeleceu convenio com Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, e autorizado, pela portaria nº 472/80/SECD/GS de 22/08/1980, o cumprimento de ofertar o 1º Grau de 1ª a 4ª serie (atual Ensino Fundamental I). Conforme registro da escola, mesmo com a cooperação do Estado, através do convênio, a escola ainda passava por várias dificuldades financeiras e não conseguia suprir suas necessidades e realizar a manutenção de suas despesas.

O convênio com o Estado durou 23 anos, e no ano de 1999 ocorreu a estadualização, passando então para o Governo do Estado a responsabilidade das despesas financeiras de manutenção das instalações físicas da escola e de pessoal (professores, profissionais de pessoal de apoio pedagógico, de serviços gerais e vigilantes, dentre outros). No entanto, a Administração Escolar dessa instituição, permaneceu sob a responsabilidade da Diocese de Natal. Entendemos, assim, para garantia da gestão pela Igreja foi realizado um termo de comodato de uso do prédio, pertencente a Diocese, onde ficou condicionado a administração da escola, as Irmãs da Congregação das Filhas do Amor Divino, a quem pertence a direção escolar até os dias atuais.

A partir de sua estadualização, o Centro Social Cônego Monte recebe uma nova denominação, de Escola Estadual Cônego Monte, continua instalada no bairro Lagoa Nova, localizada na Avenida Bernardo Vieira, nº 130.

De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico a escola oferece atualmente o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino atendendo uma média de 430 alunos provenientes do bairro e circunvizinhos. No seu quadro funcional em 2013, atuava um corpo docente de 17 profissionais, sendo 02 (duas) coordenadoras pedagógicas, 04

(quatro) secretárias e 01 uma diretora indicada pela Congregação das Filhas do Amor Divino e nomeada pelo Secretário Estadual de Educação.

Por ser uma escola que tem como base os fundamentos do catolicismo, mesmo após sua estadualização permanece até os dias atuais com diversas práticas e representações advindas da Igreja Católica, a começar pelos símbolos que ornamentam a estrutura arquitetônica, onde expressa elementos iconográficos próprios deste segmento religioso como crucifixos, imagens de santos católicos, oratórios, grutas de orações, dentre outros. No seu cotidiano, as práticas culturais evidenciam as marcas de tal segmento como rezas diárias, festividades, procissões pelos corredores da escola, celebrações religiosas, normas de conduta, doutrinas, convenção do calendário escolar ao calendário litúrgico da igreja católica, dentre outras.

Na convivência diária como integrante da escola, podemos observar o alunado e os profissionais da escola condicionados a participarem dos cultos que antecedem as aulas, onde são realizadas orações, entoação de hinos e leituras da bíblia que acompanham os temas estabelecidos pelo calendário litúrgico da Igreja Católica. Também ocorrem contínuas encenações realizadas por professores e alunos representando histórias bíblicas, bem como apresentações de imagens de santos católicos seguidas de procissões no pátio da escola.

Os encontros pedagógicos com professores, as reuniões administrativas e de pais e mestres têm como primeiro ponto de pauta os sermões litúrgicos, que são ministrados pela freira gestora da escola, seguidos de hinos e reflexões que objetivam catequizar e levar o público ao credo da Igreja. Portanto, não leva em conta a diversidade cultural e religiosa da comunidade escolar, e conseqüentemente o reconhecimento dos direitos garantidos pela Constituição de 1988 e a LDB nº 9.394/96.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e levando em consideração que o presente artigo faz parte de uma investigação em andamento, trazemos aqui algumas considerações não conclusivas, mas parciais dos resultados obtidos até o momento.

Analisando as práticas educativas e socioculturais do cotidiano da Escola Estadual Cônego Monte, percebemos que mesmo com todas as mudanças ocorridas na educação ao longo de sua história, e principalmente com a instituição de legislações que garantem a laicidade do ensino, esta escola pública mantém em suas práticas cotidianas características de uma escola confessional.

Vale destacar que para permanecer na direção da instituição, a igreja mantém a parceria com o Estado através de um termo de comodato, onde esta disponibiliza o prédio para o funcionamento da escola e em contra partida o Estado fornece os demais recursos. Assim a igreja por meio da gestão escolar continua influenciando as práticas cotidianas da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição Federal Brasileira de 1934.**

_____. Constituição. **Constituição Federal Brasileira de 1988.**

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução por: Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A Invenção do Cotidiano.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo – RS: UFP, 2000.

FRAGO, A. V. História de la educación y história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, set./dez. 1995.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A.: **Currículo, Espaço e Subjetividade:** A Arquitetura como programa. Rio de Janeiro, Editora DP & A. 1998, 152 p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas n 1, jan./jun. 2001.

KENSKI, V. Moreira. Memória e Ensino. **Cadernos e Pesquisa,** São Paulo, n 90, p. 45-51, ago. 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Marcos de Castro. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, Ana M. de Oliveira. **Território Plural:** a pesquisa em história da educação. S. Paulo: Ática, 2010.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 2004.